

O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA QUESTÃO AMBIENTAL: uma análise do trabalho de educação ambiental na perspectiva crítica

THE WORK OF THE SOCIAL WORKER IN THE ENVIRONMENTAL QUESTION: an analysis of the work of environmental education in the critical perspective

Natália Coelho de Oliveira *

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Resumo

O presente trabalho possibilita refletir sobre o trabalho do assistente social na questão socioambiental, por meio do trabalho de educação ambiental na perspectiva crítica, desenvolvido com populações ribeirinhas, de modo a valorizar saberes populares e a importância do trabalho de mobilização comunitária e educação popular realizado por assistentes sociais junto à comunidades, favelas e bairros populares. Dessa maneira, deve ser ressaltado a trajetória do Serviço Social no campo da educação popular, no qual daremos ênfase à aproximação do Serviço Social, às leituras críticas de Paulo Freire, a partir de experiências concretas de trabalho com a população. Assim, foi possível construir apontamentos sobre o trabalho profissional na atualidade e suas transformações, considerando as dimensões da cultura, organização popular, a partir da proposta da educação ambiental, à luz do amadurecimento teórico-metodológico, técnico-instrumental e ético-político da prática profissional do assistente social.

Palavras-CHAVE: Educação Ambiental. Cultura. Trabalho Profissional. Questão Socioambiental. Assistente Social.

Abstract

The present work makes it possible to reflect on the work of the social worker in the socio-environmental issue, through the work of environmental education in the critical perspective, developed with riverside populations, in order to value popular knowledge and the importance of the work of community mobilization and popular education carried out by social workers with communities, favelas and popular neighborhoods. In this way, the trajectory of Social Work in the field of popular education should be highlighted, in which we will emphasize the approximation of Social Work, to the critical readings of Paulo Freire, based on concrete experiences of working with the population. Thus, it was possible to construct notes on professional work today and its transformations, considering the dimensions of culture, popular organization, from the proposal of environmental education, in the light of the theoretical-methodological, technical-instrumental and ethical-political maturation of the professional practice of the social worker.

KEYWORDS: Environmental education. Culture. Professional Work. Socio-environmental issue. Social Worker.

Introdução

O presente artigo pretende trazer os resultados do trabalho profissional do Assistente Social na questão socioambiental, a partir da inserção sócio-ocupacional no Programa Limpa Rio Comunidade, criado em outubro de 2022, ainda em vigor, tendo como gestor das ações o governo do Estado do Rio de Janeiro e agente de fiscalização o Instituto Estadual do Meio Ambiente e Secretaria de Ambiente e Sustentabilidade do Governo do Estado do Rio de Janeiro.¹ Sendo assim, o Programa Limpa Rio Comunidade executado pelo INEA (Instituto Estadual do Meio Ambiente) e SEAS (Secretaria de Ambiente e Sustentabilidade) tem como objetivo a realização de limpeza e desobstrução manual em rios e córregos e o desassoreamento de corpos hídricos, com a perspectiva de mitigar ocorrências de enchentes e alagamentos.

Este trabalho contribui para a prevenção de inundações, enchentes e disseminação de doenças causadas pela poluição existentes nesses cursos de água, justificando a necessidade de intervenção do Programa, devido à inacessibilidade de maquinários nesses córregos, além de prever, no seu plano de trabalho, a sensibilização da população, referente à preservação do meio ambiente, que a partir das ações no território em parceria com a estrutura governamental municipal e a participação e mobilização da comunidade na preservação e conservação do ecossistema local. Tais ações de limpeza, manutenção, conservação, e conscientização ambiental podem, de forma objetiva, reduzir os impactos das chuvas nas comunidades e promovem um meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Dessa forma, o processo de organização e mobilização social junto aos moradores dessas localidades² compõem as ações do Trabalho Social do Programa Limpa Rio Comunidade que tem como premissa, a participação da população para o engajamento nas atividades educativas e de sensibilização previstas para o exercício do controle social. A mobilização da comunidade vai além dessas reuniões e atividades de educação ambiental, ela tem por objetivo mostrar o quanto o rio faz parte da vida das pessoas, o quanto é importante preservar suas margens, eliminar o descarte de lixo no corpo hídrico e reduzir o

¹ Entre os profissionais que executam as ações previstas nas equipes socioambientais são: encarregados sociais das frentes de serviços, agentes socioambientais e profissional técnico social que atuam no desenvolvimento das ações, além da gerência e coordenação social do trabalho social que atuam no planejamento, organização e monitoramento do trabalho social.

² O trabalho socioambiental apresentado em foco, diz respeito às ações desenvolvidas na Região Hidrográfica IX (Região Hidrográfica Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana) em alguns municípios onde o Programa Limpa Rio Comunidade atua. A região IX compreende os municípios de Quissamã, São João da Barra, Cardoso Moreira, Italva, Cambuci, Itaperuna, São José de Ubá, Aperibé, Santo Antônio de Pádua, Natividade, Miracema, Laje do Muriaé, Bom Jesus do Itabapoana, São Francisco do Itabapoana, Porciúncula e Varre-Sai em sua totalidade e parcialmente os municípios Trajano de Moraes, Conceição de Macabu, Carapebus, Santa Maria Madalena, Campos dos Goytacazes e São Fidélis.

lançamento de esgoto in natura, a partir dos plantões sociais itinerantes que as equipes socioambientais locais realizam cotidianamente, através da estratégia do trabalho social do porta a porta, informando aos moradores sobre as intervenções realizadas pelo Programa, por meio da conscientização socioambiental.

Pretende-se no decorrer do presente texto apontar breves considerações sobre a análise das atribuições privativas e competências profissionais do assistente social neste campo socioinstitucional, considerando a importância da função pedagógica na atuação profissional, no qual vem ampliando seu horizonte profissional, suas estratégias políticas e respostas profissionais para fortalecer o território e a organização social por meio de práticas comunitárias locais, bem como desenvolver ações socioeducativas ligadas à conscientização ambiental.

É nesta perspectiva que o assistente social vem compondo seu acervo cultural e profissional neste campo de atuação. Dessa forma, a partir do trabalho de educação ambiental, embasado na perspectiva crítica, faremos uma breve reflexão sobre o fazer profissional neste campo socioinstitucional, compreendendo as principais intervenções profissionais com a questão socioambiental, a partir do contato direto com as populações ribeirinhas, ou seja, residentes às margens dos córregos, nos quais o Programa vem executando as ações de limpeza e desassoreamento desses corpos hídricos.

Por meio das atividades socioambientais, a partir da metodologia de educação popular e por meio de reuniões e grupos focais, fortalecendo a organização comunitária, o Serviço Social tem avançado na promoção de reflexões com os moradores residentes, onde o programa socioambiental tem atuado, na perspectiva de fortalecer o território e práticas de mobilização comunitária já existentes, de acordo com a Política Nacional de Meio Ambiente (1981), a Política Nacional de Educação Ambiental (1999) e a Política Nacional de Resíduos Sólidos (2010).

Cabe reforçar a trajetória histórica da profissão com a educação popular e o seu processo de amadurecimento teórico-metodológico, associado à atuação do Serviço Social crítico e as lutas progressistas no campo das lutas urbanas e pela socialização de direitos sociais. A problematização da aproximação do debate do Serviço Social com o campo popular, a partir da inserção dos profissionais nas lutas sociais, se fez necessário para buscarmos compreender o contato dos assistentes sociais com as experiências de apoio e assessoria às associações de bairros e moradores e a construção de um conteúdo que foi impresso na práxis profissional através de experiências socioeducativas, a partir da influência da leitura de Paulo Freire, e por meio da ação política desses assistentes sociais com movimentos de base e com a luta dos trabalhadores.

O desenvolvimento histórico e teórico do debate profissional do Serviço Social, a partir da crítica marxista à profissão, em termos teórico-práticos e ideopolíticos, se espraia de forma

significativa a parte do contexto de redemocratização da sociedade brasileira, em meados dos anos 80. Assim, a compreensão do trabalho do Assistente Social como parte componente do trabalho coletivo, inserido na divisão sociotécnica do trabalho, impõe a compreensão do significado social da profissão e a centralidade da categoria trabalho e questão social para o entendimento da ação profissional a partir da reprodução das relações sociais.

Trajatória do Serviço Social no campo da educação popular

Deve ser considerado a emergência do Serviço Social enquanto profissão, no início do século XX, enquanto prática profissional esteve, voltada essencialmente para a organização da assistência, para a educação popular e para a pesquisa social, considerando suas atividades de cooperativismo, ajuda mútua e organização de lazeres educativos, no trato das manifestações sociais relativas a vida do operariado fabril, especialmente por meio de visitas aos bairros operários, pesquisando as condições de moradia, situação sanitária, saúde, econômica e moral do proletariado. Essas foram as primeiras iniciativas que exigiu do profissional um grau de especialização do seu trabalho e aprimoramento técnico-operativo da prática profissional, o que fez com que a dimensão técnico-operativa tenha avançado neste período, especialmente no decorrer das décadas de 1940-1970, por meio de debates realizados em congressos no interior da categoria profissional, sobre seu arcabouço técnico-científico e acervo instrumental. (IAMAMOTO & CARVALHO, 1982).

Compreendendo a profissão de Serviço Social como inscrita no processo de trabalho coletivo mais amplo, o Assistente Social, enquanto trabalhador assalariado, precisa responder às exigências básicas da entidade que contrata seus serviços, sendo assim ele dispõe de uma relativa autonomia no exercício de suas funções institucionais, segundo Iamamoto (1982), neste sentido, ele é corresponsável pelo rumo imprimido às suas atividades pelas formas de conduzi-las. Para a autora, a imprecisão quanto à delimitação das atribuições desse profissional pode ser um fator de ampliação da margem de possibilidade de redefinição de suas estratégias de trabalho, de modo a imprimir a prática profissional conteúdos mais progressistas, inovadores a partir da vivência cotidiana com os trabalhadores na criação de alternativas concretas ao processo de dominação, a partir da possibilidade histórica de criação de novas bases de vida em sociedade, assumido e subvertido em direção a um novo tempo.

O exercício da profissão exige um sujeito profissional que tenha competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e atribuições profissionais. Requer ir além das rotinas institucionais para buscar apreender, no movimento da realidade, as tendências e possibilidades, ali presentes, passíveis de serem apropriadas pelo profissional, desenvolvidas e transformadas em projetos de trabalho.

Na perspectiva assinalada, a análise das experiências profissionais requer muito mais que o seu relato e a elaboração de manuais prescritos voltados ao como fazer, perspectiva mais individual de análise de casos, rompida pelo Movimento de Reconceitualização latino-americano. Este movimento conhecido como o Serviço Social crítico trouxe a profissão, uma análise crítica da realidade e teoricamente fundamentada do trabalho realizado na trama de interesses sociais que o polarizam, a construção de estratégias coletivas, articuladas às forças sociais progressistas, que permitam potencializar caminhos que reforcem os direitos nos diversos espaços ocupacionais, especialmente no que atuamos, tais como as Políticas Urbanas e de Meio Ambiente.

Assim, a perspectiva que move a ação não é a mera reiteração do instituído, mas o impulso ao protagonismo político dos sujeitos na articulação e defesa de suas necessidades e interesses coletivos na cena pública. Guerra (1995) nos traz a seguinte reflexão sobre a prática profissional, nos iluminando sobre a instrumentalidade da prática do assistente social, reforçando que é no cotidiano, o lugar das demandas imediatas que construímos respostas profissionais. Para a autora, a instrumentalidade das respostas profissionais, no que se refere à sua peculiaridade operatória, ou seja, ao aspecto instrumental-operativo das respostas profissionais se coloca a serviço das demandas das classes, aspecto este que permite o reconhecimento social da profissão. Sendo assim, é por meio dessas respostas profissionais, que o Serviço Social pode responder às necessidades sociais que se traduzem (por meio de muitas mediações) em demandas (antagônicas) presentes na relação conflitante entre o capital e o trabalho.

Isto porque as diversas modalidades de intervenção profissional têm um caráter instrumental, dado pelas requisições que tanto as classes hegemônicas quanto às classes populares que lhe fazem. Esse processo se dá de duas maneiras, a partir do desenvolvimento do trabalho profissional, acompanhado pelo movimento real da sociedade: 1) o atendimento das funções requisitadas como vimos neste campo socioambiental, tal como se estrutura pelo escopo das políticas sociais, durante a execução de pactos políticos e por meio do enfrentamento do Estado quanto às manifestações da questão social; e 2) a capacidade da profissão em intervir sobre a realidade, a partir do seu horizonte do exercício profissional, o que significa que a realidade social só pode ser transformada, por meio da apreensão das mediações objetivas e subjetivas (tais como valores éticos, morais e civilizatórios, princípios e referências teóricas, práticas e políticas) que se colocam na realidade da intervenção profissional e que imbricam as dimensões teórico-metodológica, técnico-instrumental e ético-política, numa perspectiva de totalidade do fazer profissional. (GUERRA, 1995).

Sendo assim, reconhecendo a instrumentalidade como mediação significa tomar o Serviço Social como totalidade, constituída de múltiplas dimensões: técnico-instrumental, teórico-intelectual, ético-política e formativa. Traduzindo os referenciais teóricos, valorativos

e políticos, em estratégias políticas, em face da sua intencionalidade, investindo na criação de meios, articulando instrumentos de trabalho que possam atender às finalidades profissionais, considerando as demandas da população se faz necessário ao assistente social para potencializar suas ações profissionais. Assim, a cultura profissional pode ser construída e ressignificada, por meio da ação profissional, na medida em que se constroem projetos profissionais, objetivos e finalidades da ação profissional, nos quais confrontamos com a direção social hegemônica e, assim, definimos nossas escolhas técnicas, teóricas e ético-políticas, na direção da construção deste acervo cultural. (GUERRA, 1995).

Tais escolhas implicam projetar tanto os resultados e meios de realização quanto às consequências da ação profissional, por isso, ao desprender da base histórica pela qual a profissão surge, o Serviço Social pode qualificar-se para novas competências, buscar novas legitimidades, indo além da mera requisição instrumental-operativa do mercado de trabalho, enriquecendo seu fazer profissional, a partir de novas leituras da realidade, instruído pelo movimento dialético e real da vida cotidiana.

A aproximação do Serviço Social com os escritos de Paulo Freire e a influência da matriz teórica do marxismo na década de 1960, por meio do Movimento de Reconceituação do Serviço Social latino-americano, trouxe reflexões para a prática profissional importantes, a respeito da organização da cultura das classes subalternas e da educação popular crítica, rompendo com o caráter higienista e moralista da Questão Social, na década de 1920-30 e desenvolvimentista nas décadas de 1950-60, rompendo com as bases confessionais e psicologizantes da prática profissional.

Paulo Freire em entrevista ao conselho editorial da revista “Serviço Social e Sociedade, número 3 (1980), intitulada “A prática de pensar a prática é a melhor maneira de aprender a pensar certo”, relata sobre a experiência de trabalho de assistentes sociais no campo da alfabetização e da pós-alfabetização, no serviço social considerado como específico, na ação comunitária, que contou com uma boa presença de assistentes sociais neste conjunto de equipes com Paulo Freire trabalhou.

Na referida entrevista supracitada, Paulo Freire destacou a importância de assistentes sociais, na década de 1980, desenvolvido por meio do trabalho de mobilização comunitária, e da atuação do referido autor, com educação popular em Recife, assim ele destacou alguns nomes, entre eles: Lourdes Moraes, Dolores Coelho, Maria Hermínia, Hebe Gonçalves, Heloísa Bezerra, Evany Mendonça. No Rio de Janeiro, Maria Augusta Albano, Dora Machado, Josefina Albano e em São Paulo, Helena Junqueira, assistentes sociais envolvidas nas experiências do trabalho de educação popular em periferias e favelas, voltados à conscientização, politização e à organização popular, experiências de trabalho de educação popular marcados pela organização das lutas das comunidades populares por direitos urbanos e sociais.

Sendo assim, tais experiências foram consideradas inovadoras do campo mais progressista do movimento de reconceituação no Serviço Social. Neste sentido, cabe ressaltar que o Serviço Social se afirma enquanto profissão e conquista seu amadurecimento teórico-metodológico, no contexto das lutas sociais do povo brasileiro, tensionadas por questões ligadas à opressão, fome, sem teto, e falta de condições de sobrevivência.

O trabalho educativo desenvolvido nos processos de mobilização social e organização da cultura, a partir da perspectiva das classes subalternas possibilitou ao assistente social a ampliação do contato direto com a população, através da participação popular e da educação popular, dois conceitos e elementos de análise de suma importância neste campo socioambiental para entendermos o que hoje chamamos de educação ambiental crítica.

Esta função educativa do Serviço Social com o processo de organização da cultura, caracterizado pela incidência dos efeitos da ação profissional na maneira de pensar e agir dos sujeitos envolvidos na referida ação, interferindo na formação de subjetividades e normas de conduta, elementos moleculares de uma cultura, aqui entendida, no sentido gramsciano, a partir da leitura de Abreu (2002) como sociabilidade, se faz importante para entendermos o aprimoramento do referencial teórico-metodológico deste campo socioinstitucional que atua com a questão socioambiental.

Nossa ação atua na perspectiva de construir as estratégias educativas emancipatórias, não para mudar o comportamento dos sujeitos nos quais trabalhamos ou culpabilizá-los pelas suas escolhas e trajetórias, mas no sentido de promover reflexões necessárias sobre a sua singularidade, valorizar o saber popular e as comunidades tradicionais, com suas expressões sociais e culturais que possam fortalecer estes sujeitos e suas formas de mobilização comunitárias. (ABREU e CARDOSO, 2000).

As estratégias de mobilização social efetivam-se em torno dos processos de luta, a partir das suas necessidades sociais. Segundo Paulo Freire (2002), somos seres inconclusos, estamos em construção. A gente só aprende na relação com o outro, por isso a importância do coletivo. Outro saber necessário à prática educativa é o que se quer falar do respeito devido à autonomia do ser do educando. “Do educando, criança, jovem ou adulto. (...) O respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros”. (FREIRE, 2002, p. 24).

A discussão da autonomia por meio da prática educativa trazida por Paulo Freire, nos remete aos preceitos e princípios estabelecidos no nosso código de ética profissional de 1993, no qual é a partir da relação com o usuário que devemos preconizar este atendimento respeitoso e digno, reconhecendo o usuário como sujeito de direitos, bem como promover e incentivar processos democráticos nos espaços populares de defesa de direitos.

Dessa maneira, o trabalho de educação ambiental na perspectiva crítica requer ouvir os sujeitos para valorizar a relação do morador e seu lugar de origem, bem como entender

suas histórias e trajetórias de vida para que possibilite a reflexão sobre seu modo de vida e sua relação com o Meio Ambiente. Sendo assim, este é um pressuposto da ação profissional no campo socioambiental, bem como sensibilizar e refletir de forma crítica sobre temas relacionados à conscientização socioambiental, de modo a privilegiar as práticas e experiências já vivenciadas pelos moradores com o território.

Neste caminho teórico-metodológico, vale ressaltar que esta troca de saberes populares e experiências individuais ganham amplitude e força social, à medida que são refletidas em espaços coletivos.

Experiências de educação ambiental crítica e aprimoramento teórico-metodológico, técnico-instrumental e ético-político da profissão na questão ambiental

O trabalho do assistente social desenvolvido no Programa Limpa Rio Comunidade é executado, a partir da proposta do plano de trabalho da equipe de trabalho técnico social, realizado junto às equipes socioambientais dos municípios, na experiência apresentada em lócus, na região Norte e Noroeste do estado do Rio de Janeiro, assim deve ser ressaltado que a divisão regional com base nas bacias hidrográficas, para a realização do trabalho de limpeza dos córregos³. Assim, o assistente social participa em todas as etapas do trabalho social no território, são elas: as ações de educação ambiental, a aplicação e elaboração do diagnóstico comunitário, as reuniões de articulação institucional com instituições parceiras e gestores públicos para realização de eventos socioambientais de conscientização à população local com temáticas voltadas ao Meio Ambiente e os eventos socioambientais, especialmente com temáticas a partir das diretrizes de sustentabilidade ambiental, assim, já foram realizadas: a) oficina musical com instrumentos de materiais reciclados; b) oficinas de reaproveitamento de materiais recicláveis e plantio de mudas; c) gincana de limpeza de lagoas e restingas; d) caminhada ecológica e contação de histórias para preservação do ecossistema de parques de proteção ambiental; e) limpeza e repovoamento de rios; f) oficinas de plantios de hortaliças e sementes de legumes; g) horta escolar; h) cine-debate sobre agricultura familiar, benefícios

³ O perfil dos córregos do Programa Limpa Rio Comunidade são córregos que possuem difícil acesso de máquinas devido às árvores nas margens e possui largura e profundidade que são incompatíveis com a limpeza mecanizada. Dessa forma, a intervenção mecanizada acabaria danificando as margens. Assim, no entorno dos córregos possuem residências de moradores que dificultam o acesso à maquinários grandes e justificam a intervenção do Programa e a limpeza e desassoreamento de forma manual. Sendo assim, o trabalho social é desenvolvido no que chamamos de área impactada, com a população diretamente atendida pelo Programa.

da alimentação orgânica e malefícios dos agrotóxicos; i) debate sobre separação e descarte de resíduos com instalação de ECOPontos⁴ e j) rodas de conversas com moradores.⁵

Neste sentido, a equipe socioambiental de cada município, promove articulação institucional com projetos socioambientais locais para realização de atividades que visam estimular conceitos de sustentabilidade ambiental, entre eles as equipes já desenvolveram ações voltadas ao 1) desenvolvimento de atividades sobre alimentação saudável, de modo a utilizar os alimentos produzidos na região para incentivar aos alunos da municipal, o consumo de uma alimentação saudável e seus benefícios para a saúde das crianças e adolescentes; 2) O fortalecimento da produção da agricultura familiar dos produtores locais, divulgando os produtos locais para a população local; 3) O fomento da importância do aproveitamento integral alimentos para a população local através de materiais informativos, envolvendo e sensibilizando a população local sobre a importância do aproveitamento integral de alimentos e seus valores nutricionais; 4) a utilização do conteúdo da nutrição para promover a educação ambiental e a conscientização sobre a relação equilibrada do ser humano com a natureza.

Por meio deste contato direto com a população na ação socioambiental, a partir desta troca de saberes e práticas cotidianas nas quais a população já desenvolve em seu dia a dia, foi possível a promoção preventiva da saúde, reafirmando a importância do uso de cascas, talos, sementes, flores, tendo como base o alimento e a comida de verdade, como forma de remédio para muitas doenças e ao funcionamento correto de todo corpo, assim desenvolve-se uma troca de saberes necessários para a saúde dos moradores participantes da atividade.

Além disso, a equipe socioambiental também desenvolve a conscientização ambiental, a partir da relação saúde e meio ambiente, considerando a promoção de saúde coletiva durante as atividades socioambientais de educação popular, possibilitando a socialização de informações sobre: 1) a prevenção de doenças causadas decorrentes do descarte inadequado dos resíduos, tais como dengue, diarreia e outras relacionadas à poluição hídrica ou contaminação por vetores, ou mesmo aquelas que podem ser contraídas higienização inadequadas dos alimentos e ao consumo de água não potável; 2) a orientação à população quanto à importância do consumo adequado de água e seus cuidados no armazenamento para uso doméstico e consumo humano; 3) a sugestão de alguns cuidados necessários com o esgotamento sanitário adequado e a prevenção de doenças relacionadas à exposição da

⁴ Pontos de coleta de resíduos recicláveis.

⁵ Tais ações foram realizadas com parceiros institucionais de órgãos federais, estaduais e municipais e algumas delas tiveram a contribuição de profissionais terceirizados que auxiliaram na condução das oficinas. São eles: EMATER, ICMBio, Hortos Florestais Estaduais do INEA, Associações de Catadores de Recicláveis, ONGs de Coleta Solidária de Materiais Recicláveis e instalação de ECOPontos; IFF-cursos de agroecologia e agropecuária; Universidades Federais e Estaduais: UFRJ, UFF, UENF, Comitês de Bacias Hidrográficas, Secretarias Municipais de Educação, Secretarias Municipais de Agricultura, Secretarias Municipais de Meio Ambiente e Secretarias Municipais de Assistência Social, entre outros.

população ao esgoto a céu aberto e ao despejo inadequado dos efluentes sanitários; 4) prestação de informações sobre os transtornos causados ao meio ambiente em função da prática incorreta da incineração dos resíduos (lixo doméstico); 5) bem como a equipe socioambiental também divulga os horários da coleta de lixo nos bairros para evitar acúmulo de lixo e destinação inadequada aos resíduos e informações sobre o serviço de coleta de entulho, móveis etc. realizado pelas prefeituras.

Nos municípios, onde existe o serviço de coleta seletiva, a equipe socioambiental do Programa Limpa Rio Comunidade também promove a conscientização sobre a destinação adequada dos resíduos e as formas de lixo seco⁶ do lixo úmido⁷, explicando quais são os tipos de materiais e a forma que pode ser feito o descarte; a divulgação dos horários e dias da coleta seletiva; informa à população que esses lixos e outros objetos quando jogados nas ruas são carregados pelo vento e pelas chuvas para os bueiros (bocas-de-lobo) que levam às galerias de água, o que pode impedir o fluxo de água, durante as fortes chuvas. A equipe socioambiental também enfatiza a necessidade de participação da população de forma conjunta, de modo a contribuir no processo de separação dos lixos em suas residências, favorecendo assim, a coleta seletiva em seus bairros, através dos Ecopontos, onde existem. Assim, a transmissão de conhecimentos e, conseqüentemente, a mudança de hábitos e atitudes com relação à preservação ambiental ocorre de maneira progressiva e contínua.

Dessa forma, tais atividades com base no eixo saúde e meio ambiente conseguem atingir seu objetivo proposto: o de trabalhar conceitos de educação ambiental, relacionando os cuidados necessários que a população deve ter com o descarte adequado dos resíduos sólidos, além de conscientizar à população sobre a ação dos pernilongos, mosquitos, vetores e proliferação de doenças relacionadas à poluição hídrica e descarte inadequado do lixo, bem como avaliar, de forma conjunta e coletiva, os indicadores de saneamento ambiental e saúde coletiva do município.

Estas ações socioambientais nas quais o trabalho social executa objetivam esclarecer à população sobre os benefícios que o empreendimento governamental proporcionará para melhorar a qualidade de vida da população e promover o desenvolvimento socioeconômico, seja por meio das ações cotidianas realizadas durante os plantões sociais itinerantes, seja através das atividades educativas e eventos socioambientais que promovem sensibilização para mudanças de atitudes em função da recuperação ambiental, que vem ocorrendo em

⁶ O lixo seco, por sua vez, é todo tipo de material que não esteja contaminado ou sujo por outras substâncias orgânicas ou não. Em outras palavras, são todos tipos de material que podem ser reciclados. Entre eles, estão os principais materiais como papel, plástico, metal e vidro, seguidos por embalagens de papelão, potes, garrafas, pregos e latinhas, jornais e até as carcaças de materiais eletrônicos e eletrodomésticos são classificados como lixo seco.

⁷ O lixo úmido é todo tipo de material que não possui mais utilização, como: restos de comida, bitucas de cigarro, papéis sujos, fraldas descartáveis, copos quebrados e alguns tipos de copos descartáveis e até vidros utilizados em janelas.

cada município, promovendo debates relacionados à preservação do meio ambiente e à melhoria na qualidade de vida da população beneficiada.

O processo de trabalho no qual o assistente social participa com a equipe socioambiental dos municípios, se dá durante os momentos de contato direto com a população residente nesses territórios, são eles: 1) na ação informativa à população esclarecendo o início das intervenções em cada bairro; 2) na elaboração de Diagnóstico Comunitário para conhecimento do perfil socioeconômico da população e os serviços urbanos que a mesma utiliza; 4) na organização das rodas de conversa com os moradores para promoção de práticas educativas e troca de saberes locais sobre o Meio Ambiente; 5) nas reuniões para fortalecimento de parcerias institucionais com órgãos que promovem ações socioambientais para promoção e atividades de forma conjunta; 6) na organização de eventos socioambientais para promover a visibilidade da temática da sustentabilidade ambiental para a população local, a partir das demandas dos próprios moradores e articulações com o território onde atuamos.

Os assistentes sociais que atuam na questão socioambiental, na política de educação ambiental possuem uma ação transversal de cunho socioeducativo na prestação de serviços sociais, viabilizando o acesso aos direitos e aos meios de exercê-los, contribuindo para que necessidades e interesses dos sujeitos sociais adquiram visibilidade na cena pública e possam ser reconhecidos, estimulando a organização dos diferentes segmentos dos trabalhadores na defesa e ampliação dos seus direitos, especialmente os direitos sociais. Desta forma, o profissional afirma o compromisso com os direitos e interesses dos usuários, na defesa da qualidade dos serviços sociais.

A Lei n. 8.662, de 7 de junho de 1993, que regulamenta a profissão, estabelece respectivamente nos seus artigos 4º e 5º as competências e atribuições privativas do assistente social. As competências expressam capacidade para apreciar ou dar resolatividade a determinado assunto, não sendo exclusivas de uma única especialidade profissional, pois são a ela concernentes em função da capacitação dos sujeitos profissionais. As atribuições são prerrogativas exclusivas ao serem definidas enquanto matéria, área e unidade de Serviço Social. Esse esclarecimento conduz à elucidação da concepção mesma de profissão de Serviço Social, uma vez que a auto qualificação da profissão é uma prerrogativa de seus agentes especializados e seus organismos representativos (IAMAMOTO, 2002).

A Lei de Regulamentação da Profissão, no artigo 4º que trata das atribuições privativas, situa as atribuições profissionais que são demandas pertinentes neste campo sócio-ocupacional, relacionamos às que se destacam neste espaço socioinstitucional e são relativas à matéria de trabalho do assistente social: 1) coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço

Social; 2) realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social. (BRASIL, Lei de Regulamentação da Profissão 8.662/1993)

No que se refere à competência profissional, neste campo sócio-ocupacional tem correspondido ao que preconiza a Lei 8.662/93, nos seguintes quesitos que são relativos à área do Serviço Social: a) orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos; b) planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais; c) prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade; d) realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades. (BRASIL, Lei de Regulamentação da Profissão 8.662/1993).

As atribuições profissionais neste campo socioambiental vinculadas à atuação do trabalho do assistente social no Programa, são elas: organizar reuniões com moradores; realizar entrevistas, organizar grupos de moradores, elaborar perfil da população, mapeamento de ações socioambientais, diagnóstico socioterritorial, reuniões com gestores públicos e instituições ambientais, contudo existem outras profissões que realizam o trabalho social, como prevê o escopo e normas do trabalho social na Política Urbana, que prevê a inserção de biólogos, cientistas sociais, pedagogos, geógrafos e psicólogos que podem também desenvolver este trabalho social.

Neste sentido, para o desenvolvimento deste trabalho social, embora tenham competências mais abrangentes no escopo do trabalho social, justificando a inserção de profissionais na área das Ciências Sociais, observa-se que o profissional de Serviço Social tem sido requisitado, considerando o seu domínio técnico-instrumental e conhecimento teórico metodológico para o desenvolvimento das ações supracitadas.

Dessa maneira, as competências profissionais nesse campo socioinstitucional tem sido solicitadas e requisitadas para fortalecer a mobilização comunitária dos moradores, sendo assim, o profissional de Serviço Social vem desenvolvendo trabalhos significativos, no processo de organização de rodas de conversas⁸, grupos para reflexão com moradores dos

⁸ O formato das rodas de conversa possibilitam desenvolver uma prática educativa, para além dos conteúdos curriculares formais, definidos nas diversas modalidades e níveis propostos na Política Nacional de Educação Ambiental, tais como: educação básica, educação infantil, ensino médio, ensino superior, ensino especial, educação profissional e educação de jovens e adultos. Podem avançar numa perspectiva de democratizar a fala e o diálogo na construção de saberes, para além dos conteúdos pré-definidos e fechados, onde a história de vida e trajetória dos participantes são priorizados na construção da conversa. Embora seja tão relevante quanto os espaços formais de educação ambiental, os espaços informais de troca e diálogo possibilitam a valorização do saber popular contra hegemônico, fortalecendo e/ou construindo uma cultura popular.

municípios onde atuamos, pais de alunos da rede municipal, alunos da rede pública de ensino e reuniões de articulação institucional para viabilização e organização de eventos socioambientais visando promover debates relativos ao território sobre sustentabilidade ambiental, numa perspectiva crítica, onde o saber popular dos moradores são valorizados. Estas requisições socioinstitucionais têm sido solicitadas ao assistente social, em função do seu conhecimento teórico-metodológico e competência profissional, de modo a contribuir neste campo socioambiental, embora seja um campo novo ao profissional e requer maior amadurecimento intelectual.

As discussões das rodas de conversa e das atividades de educação ambiental com os moradores transversalizam a discussão dos 5 R's⁹ e os objetivos da Política Nacional do Meio Ambiente que tem por objetivo: a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana.¹⁰ Os temas e conteúdos destas atividades de conscientização ambiental pretendem criar reflexões sobre a importância dos rios no cotidiano das comunidades e o quanto é relevante preservar suas margens, eliminar o descarte de lixo no corpo hídrico e a redução do lançamento de esgoto in natura. Assim, o trabalho de conscientização sobre mudanças de hábitos referentes à destinação incorreta de resíduos sólidos, no qual o trabalho social atua, se desenvolve por meio da educação ambiental crítica e da educação popular.

O trabalho educativo atua na perspectiva da Política Nacional de Resíduos Sólidos (12.305/2010) que preconiza a destinação final ambientalmente adequada¹¹, a responsabilidade compartilhada¹² e a logística reversa¹³, com o objetivo de envolver toda a comunidade residente às margens do corpo hídrico para refletir sobre os impactos da

⁹ Reduzir, Reciclar, Reutilizar, Repensar e Recusar.

¹⁰ A partir dos seguintes princípios: I - ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo; II - racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar; III - planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais; IV - proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas; V - controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras; VI - incentivos ao estudo e à pesquisa de tecnologias orientadas para o uso racional e a proteção dos recursos ambientais; VII - acompanhamento do estado da qualidade ambiental; VIII - recuperação de áreas degradadas; IX - proteção de áreas ameaçadas de degradação; X - educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente. (Política Nacional de Meio Ambiente - Lei 6.938/1981)

¹¹ Inclui a reutilização, reciclagem, compostagem, recuperação e aproveitamento energético, entre outras opções admitidas pelos órgãos competentes. A disposição final em aterros também faz parte dessa destinação, desde que observadas normas operacionais específicas para minimizar impactos ambientais e riscos à saúde pública.

¹² Todas as pessoas envolvidas na produção, comercialização e consumo de produtos industrializados são responsáveis pelo destino correto dos resíduos. A responsabilidade compartilhada visa promover maior equilíbrio ambiental, ao propor uma série de objetivos com a destinação adequada de resíduos, como a redução da geração de resíduos sólidos, do desperdício de materiais, da poluição e dos danos ambientais, além de estimular o desenvolvimento de mercados, produção e consumo de produtos derivados de materiais reciclados e recicláveis.

¹³ A logística reversa é um instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada. A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) estabeleceu a logística reversa de resíduos como um instrumento que fomenta a reutilização dos resíduos como matéria-prima de processos produtivos, estabelecendo uma nova concepção de consumo, batizada de economia circular. A logística reversa é um instrumento de gestão ambiental que pode ser utilizado em diversos níveis de gerenciamento de resíduos sólidos, como a redução do consumo, a reutilização, a reforma, a reciclagem, a incineração ou aproveitamento dos resíduos.

destinação incorreta dos resíduos que são prejudiciais à saúde humana, sobre a utilização responsável dos recursos naturais e sobre a conservação dos bens comuns¹⁴ para as próximas gerações.

Assim, partimos do pressuposto que a questão ambiental tem seu fundamento nas origens das expressões da questão social, dessa forma, o Assistente Social neste campo socioinstitucional atua com populações residentes em áreas de risco e, que, convivem com ocorrências socioambientais, tais como enchentes, alagamentos, devido à ocupação às margens dos rios e córregos e à falta de infraestrutura urbana e disponibilidade dos terrenos para a construção nos municípios. Para nós, o trabalho socioambiental com a questão ambiental nos faz refletir sobre o modo de vida dos moradores, suas práticas ambientais, identificar trajetórias de vida e experiências comunitárias que possam provocar reflexões socioambientais, sem culpabilizar a população pelos desastres socioambientais, como enchentes, poluição de corpos hídricos, pois entendemos que estes fenômenos sociais têm relação direta com a escassa infraestrutura urbana e serviços urbanos dotados pelo Estado no processo de urbanização brasileira e possui relação com a nossa formação sócio-histórica, as características da nossa expansão urbana e a trajetória de lutas por direitos urbanos.

Os baixos índices de cobertura de saneamento ambiental dos domicílios urbanos, tais como os indicadores de acesso à água e esgoto também é uma realidade urbana desses moradores residentes no Norte Fluminense e Noroeste Fluminense do estado do Rio de Janeiro, embora tenha aumentado a cobertura de abastecimento de água e formalização das redes de esgoto aos domicílios urbanos, ainda existem populações tradicionais que convivem com a falta deste serviço urbano. Na Região Hidrográfica IX¹⁵, 75% dos moradores tem abastecimento de água de forma oficial, 21% possuem poço. Sobre os domicílios com esgotamento sanitário, 44% possuem rede coletora de esgoto, 26% fossa séptica e 24% despejam “in natura” nos córregos e rios. Estes dados referem-se a amostragem dos dados coletados no Diagnóstico Comunitário, aplicado nos municípios onde já foram realizadas as intervenções do Programa. Se compararmos com os dados do SNIS - Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (2022), os dados não são tão distantes, a média estadual do

14 O termo - tradicionalmente usado, em economia, para designar bens naturais e culturais necessários à humanidade, tais como as florestas, os rios e o ar - evoluiu com o tempo para ser empregado em outros domínios, como o conhecimento humano e as infraestruturas urbanas. Os bens comuns desempenham um papel crucial na sustentabilidade ambiental, na justiça social e no bem-estar das comunidades. Eles representam uma forma de compartilhar recursos de forma equitativa e garantir que as gerações futuras também tenham acesso a esses recursos. Além disso, os bens comuns promovem a cooperação e a solidariedade entre os membros de uma comunidade. O conceito de bens comuns está intimamente ligado ao desenvolvimento sustentável, que busca garantir que as necessidades das gerações presentes sejam atendidas sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem às suas próprias necessidades. A gestão adequada dos bens comuns é essencial para alcançar esse objetivo.

15 Região Hidrográfica IX (Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana), atualmente o Programa Limpa Rio Comunidade vem desenvolvendo ações nos municípios de Cambuci, Campos dos Goytacazes, Quissamã, Conceição de Macabu, São Fidélis, Santo Antônio de Pádua, Cardoso Moreira, Itaperuna e São Francisco de Itabapoana.

estado do Rio de Janeiro para o abastecimento de água é de 89% e 65% de cobertura de esgotamento sanitário, a partir do Censo do IBGE (2020/2021).

A convivência com esses baixos indicadores socioambientais também expõe a população local às doenças causadas por vetores ou pela poluição do corpo hídrico, considerando a precariedade dos serviços de saneamento ambiental. Por meio de entrevistas, em questionário estruturado para confecção do diagnóstico comunitário, identificamos estas questões socioambientais.

Sendo assim, observa-se o aprofundamento da dimensão técnico-operativa do profissional na questão ambiental, com o aperfeiçoamento de técnicas de trabalho e absorção de novas tecnologias da informação (TICS), leituras de mapas, acesso à plataformas como Google Earth, para identificação territorial, dessa maneira, os conhecimentos das áreas de Geografia, Pedagogia e Biologia tem sido de suma importância para os profissionais de Serviço Social neste campo socioinstitucional, considerando o trabalho multidisciplinar que é realizado com os demais profissionais que também prestam serviços socioambientais na execução do Programa, entendendo as especificidades da matéria do trabalho do Serviço Social.

Por isso, a metodologia da educação popular, desenvolvida por Freire (2002), nos possibilita a democratização da fala e do diálogo, na perspectiva de construir soluções para as próprias questões vividas pelos moradores, por meio da compreensão do seu lugar no mundo. Assim, construindo reflexões entre os sujeitos sociais participantes das rodas de conversas sobre seu papel social na construção de um conhecimento coletivo, articulando saber popular e saber crítico, por meio da socialização de suas experiências de vida, tais ações podem transformar, de alguma maneira, o lugar onde residem.

As reflexões das rodas de conversa promovidas pelo trabalho socioambiental, realizadas nos municípios Carapebus, Cambuci e Campos dos Goytacazes, aproximaram a equipe socioambiental do morador, a partir do compartilhamento de experiências de vida com o ambiente e conservação do lugar onde residem, fortalecem práticas comunitárias já existentes, por meio da identificação de moradores que promovem práticas ambientais, contribuindo com a sustentabilidade ambiental.

Entre as práticas socioambientais encontradas, ou seja, tecnologias sociais utilizadas pelos moradores para preservação ambiental, são elas: 1) o reuso da água da chuva para utilização nas atividades domésticas da casa, como uma estratégia ambiental e de economia doméstica; 2) a utilização de óleo vegetal para confecção de sabão pastoso e em barra para uso doméstico, para lavar roupas e panos de prato e auxiliam a reduzir a contaminação do lençol freático; 3) a compostagem com lixo orgânico como forma de adubo para plantio, considerando que alguns moradores fazem compostagem e usam os materiais orgânicos produzidos pelas suas famílias, legumes, cascas de banana, borra de café como adubo para

suas hortas familiares; 4) a reutilização de recicláveis para objetos de decoração, brinquedos e para instrumentos musicais; 5) o consumo de produtos orgânicos, recusa de alimentos com agrotóxicos; 6) onde não há coleta seletiva, os moradores relatam entregar o lixo seco aos catadores de resíduos nos bairros. Sendo assim, é realizada por meio dessas reuniões e grupo de moradores a reflexão sobre os 5R's.

A reflexão sobre histórias de vida dos moradores com os rios e sua utilização como forma de lazer, faz parte da história de vida de muitos sujeitos, assim como as ocorrências socioambientais de enchentes e alagamentos também fazem parte do seu cotidiano, considerando que muitos convivem com esta realidade social e permanecem nos seus territórios de origem. Outra preocupação dos moradores é com o valor da água e a mercantilização da água como recurso natural.

Por isso, a discussão sobre a importância dos bens comuns para as comunidades tradicionais, se faz necessária. Lipietz (2009) nos enfatiza que, os bens comuns não são coisas, mas relações sociais. Desenvolvendo este conceito, Bollier (2008, p. 30), problematiza que o conceito de bens comuns se refere aos sistemas sociais e jurídicos para “a administração dos recursos compartilhados de uma maneira justa e sustentável”. Sendo assim, deve ser observado que as relações que envolvem as questões socioambientais perpassam as relações sociais nas quais a população desenvolve e estabelece por meio das proximidades e contato com outros sujeitos, na relação com o ambiente onde reside, ou seja, no qual este grupo constrói símbolos de pertencimento ao lugar. Por isso, entender a noção de território se faz importante, compreendermos os processos de mobilização comunitária, educação popular e os sistemas de pertencimento nos quais os moradores estão inseridos.

Uma demanda por território, ao contrário de uma simples demanda por terra, evoca questões de poder, de identidade, de autogestão e de controle dos recursos naturais. Uma demanda territorial busca impor uma nova territorialização que, no interior do espaço nacional e fundamentada na cidadania territorial, tenta redefinir a relação dos grupos com o Estado e a nação. (ACSELRAD, 2010, p. 14).

Outra questão abordada é relativa à destinação incorreta dos resíduos. Os moradores residentes no interior, principalmente onde a frequência do lixo não é tão regular, ressaltaram que existem pontos de acúmulo de lixo e que a falta de bombonas, latões ou caçambas em servidões, faz com que o acúmulo de lixo atraia proliferação de vetores, expondo à população às doenças. Além disso, foi identificado vários terrenos baldios, casas de veraneio, em que há acúmulos de lixo, pneus, garrafas, vidros e água parada, ambientes propícios para aglomeração de vetores, tais como mosquitos, ratos e outros tipos de animais peçonhentos etc. Dessa forma, há uma organização local dos moradores residentes nestes municípios, em relação aos horários de coleta de lixo para não haver acúmulos de lixo, contudo a população continua exposta à essa questão de saúde e vigilância sanitária.

Considerações finais

À guisa de conclusão, os benefícios mais significativos apontados pelos moradores sobre as intervenções do Programa Limpa Rio Comunidade são: 1) a redução de enchentes e alagamentos, 2) a prevenção de zoonoses (animais que transmitem doenças infecciosas); 3) a diminuição de mosquitos que se deu com a retirada da vegetação com a limpeza manual, pois a presença do mau cheiro, também traz a recorrência de vetores, em virtude dos resíduos no córrego, 4) a melhora na paisagem do bairro, com a diminuição do lixo e entulho no entorno dos córregos, pois é percebido pela equipe socioambiental que, após as intervenções de limpeza no corpo hídrico, há mudança de hábitos referentes à destinação incorreta de resíduos e maior conservação da limpeza e do território com práticas sustentáveis, tais como reflorestamento às margens do córrego e plantio de mudas nos territórios de atuação do Programa.

Todavia, este avanço do que trata as competências profissionais no seu conjunto, englobando competências e atribuições. Ao longo dos três últimos decênios, o debate no Serviço Social foi polarizado por um duplo e contraditório movimento: o mais representativo foi o processo de ruptura teórica e política com o lastro conservador de suas origens, por meio do movimento de reconceituação do Serviço Social latino-americano, em meados dos anos de 1960, movimento esse superado no processo de amadurecimento intelectual e político do Serviço Social brasileiro; outro em sinal contrário, verificou-se o revigoramento de uma reação (neo) conservadora aberta e/ou disfarçada em aparências que a dissimulam, a partir da tendência da produção pós-moderna no interior da categoria profissional e sua negação da sociedade de classes. Ela hoje atinge profundamente as políticas públicas, estruturadas segundo as recomendações dos organismos internacionais consoantes os preceitos neoliberais, a partir de políticas que tendem a fragmentar os sujeitos sociais, reforçando a responsabilização das famílias pela sua condição social.

É preciso considerar que, no que refere-se a atuação do assistente social na Política de Meio Ambiente, pautar a organização da cultura, a partir da perspectiva das classes subalternas e as práticas educativas nos territórios de sua atuação, de modo a fortalecer organizações locais e presentes no território, se fazem importante para definir um referencial teórico-metodológico e também como referencial de lutas que o assistente social deve apoiar, considerando as estratégias de mobilização comunitária dos moradores, respeitando suas histórias e trajetórias de vida e lutas sociais no âmbito da defesa do seu de moradia e suas formas de resistência e existência humana.

Dessa forma, promover debates de cunho socioambiental, cabe reforçar o protagonismo desses moradores na defesa dos seus bens comuns, seu ativismo na defesa

do ecossistema natural e socioambiental, compreendendo o papel do ser humano na promoção do seu bem-estar, a partir de uma relação saudável com o meio ambiente, protegendo os ecossistemas, mananciais, recursos hídricos, sistemas lagunares, bem como respeitando a flora e fauna para garantir que as próximas gerações possam usufruir tanto do ambiente construído e do ambiente naturalmente preservado.

Assim, cabe entender o modo de produção capitalista que preconiza uma sociedade descartável, por meio da alienação de seu consumo, considerando a poluição dos rios e demais recursos hídricos, devido à produção excessiva de resíduos, não somente pela ação humana de forma individual, principalmente impactada pelas poluição e/ou contaminação das grandes indústrias e empreendimentos instalados nesses territórios, alterando significativamente a gestão ambiental com a flexibilização das leis ambientais que deveriam proteger e preservar os recursos naturais. Portanto, este processo, atinge, de forma mais direta às populações tradicionais e vulneráveis no território.

Referências

ABREU, Marina M. **Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional**. São Paulo: Cortez, 2002.

ACSELRAD, Henry. Mapeamentos, identidades e territórios. In: _____ (org.). **Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2010.

BRASIL. **Política Nacional de Resíduos Sólidos**. Lei 12.305/2010. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm> Acesso 20 jul 2024.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Ambiental**. Lei 9.795/1999. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9795.htm> Acesso 20 jul 2024.

BRASIL. **Política Nacional de Meio Ambiente**. Lei 6.938/1981. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm> Acesso 20 jul 2024.

BOLLIER, David. **Los bienes comunes: un sector soslayado de la creación de riqueza**. In: HELFRICH, SILKE (Org.). Genes, bytes y emisiones: bienes comunes y ciudadanía. México: Ediciones Böll, 2008

CARDOSO, Franci. G.; ABREU, Marina M. Mobilização social e práticas educativas. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. O trabalho do assistente social e as políticas sociais. **Capacitação em Serviço Social e política social**. Módulo. 4. Brasília: CFESS, ABEPSS, UnB/CEAD, 2000.

CFESS. **Lei de Regulamentação da Profissão**. N. 8662/1993. Disponível em <legislacao_lei_8662.pdf (cfess.org.br)> Acesso 03 jul 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia – Saberes necessários à prática educativa**. 24^o edição, São Paulo, Paz e Terra, 2002.

_____. A prática de pensar a Prática é a melhor maneira de aprender a pensar certo. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, Cortez, ano I, março de 1980. N. 22. 7^a reimpressão.

GUERRA, Y. **Instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo. Cortez Editora, 1995.

IAMAMOTO, Marilda. **Serviço Social na Contemporaneidade**. Trabalho e formação Profissional 3. ed. - São Paulo, Cortez, 2002.

IAMAMOTTO, Marilda. V. & CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. Esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo, Ed. Cortez/Celats, 1982.

INEA-SEAS. Banco de dados: indicadores de saneamento ambiental e saúde dos moradores nos territórios atendidos pelo Limpa Rio Comunidade. **Diagnóstico comunitário**, Abril, 2024.

LEROY, Jean P. Mercado ou bens comuns? O papel dos povos indígenas, comunidades tradicionais e setores do campesinato diante da crise ambiental. Rio de Janeiro: **FASE - Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional**, 2016.

LIPIETZ, Alain. **Questions sur les "biens communs"**. Intervention au débat de la Fondation Heinrich Böll, FSM de Belém, Janvier 2009. Paris : Esprit, janvier 2010. Disponível em <http://lipietz.net/spip.php?article2344> Acesso 20 jul 2024.

Notas

Natália Coelho de Oliveira *

Assistente Social. Doutora em Serviço Social (PPGSS/UFRJ). Especialista em Política e Planejamento Urbano (IPPUR/UFRJ) e Dinâmicas Urbano-ambientais e Gestão do Território (UERJ). Experiências de trabalho nas políticas de educação, urbana e meio ambiente com a realização de grupos, oficinas, atendimentos e orientações às famílias de bairros e comunidades populares, a partir da perspectiva de educação popular.

Endereço de e-mail: natocoelho.2022@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-1773-9680>

CONJUNTO DE DADOS DE PESQUISA

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

FINANCIAMENTO:

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM:

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA:

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES:

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à Revista Goitacá os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença Creative Commons Attribution (CC BY) 4.0 Internacional. Esta licença permite que terceiros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER

Universidade Federal Fluminense. Publicação no Portal de Periódicos UFF. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando,

necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Ana Claudia de Jesus Barreto e Juliana Desiderio Lobo Prudencio.

HISTÓRICO

Recebido em: 30-09-2024 – Aprovado em: 22-10-2024 – Publicado em: 29-12-2024.